

A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E IDEOLOGIA NA CRÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

LEANDRO THEODORO GUEDES*

Resumo

O objetivo deste artigo é contribuir para a discussão da relação entre ciência e ideologia na crítica da Administração Política a partir de uma apreensão marxiana do problema. Expõe-se primeiramente a consensualidade dentre os autores da administração política, especialmente Santos e Caribé que predominantemente compreendem a ideologia negativamente, ora identificando-a à falsidade, ora ao sistema de ideias do adversário. De uma maneira geral, contrastam-na à ciência. Ontologicamente, verificamos que o cerne do problema está na função social que uma ciência pode operar na realidade concreta, sendo este o critério preciso para determinar um sistema de ideias (científico ou não) como ideologia. Por fim, a pesquisa mostra que a administração política porta uma ideologia intermediária, que desvela os enlaces fundamentais do capitalismo, mas que não oferece resposta prática para a superação dos problemas.

Palavras-chave: Ontologia; Administração Política; Ideologia.

Abstract

This paper aims at contributing to the discussion of the relationship between science and ideology in the critique of Policy Administration from a Marxian apprehension of the problem. Firstly, it exposes the consensuality amongst authors of policy administration, especially Santos and Caribé that predominantly have a negative comprehension of ideology, sometimes identifying it to falsity, sometimes identifying it to the opponent's system of ideas. In general, they contrast ideology to science. Ontologically, we verify that the center of the problem lies in the social function a science may operate in concrete reality, which is the precise criteria for determining a system of ideas (scientific or not) as ideology. Finally, this research shows that policy administration is an intermediate ideology that reveals fundamental problems of capitalism, but does not offer a practical response to overcome these problems.

Keywords: Ontology; Political Administration; Ideology

1. Introdução

ESTE ENSAIO TEÓRICO tem como proposta fazer uma discussão sobre a relação entre ciência e ideologia na crítica da administração política tendo o critério ontológico como força motriz. Conscientes de que este debate na administração política encontra-se devidamente aberto, a possibilidade de examinar os caminhos até aqui percorridos pelos textos desta

* Graduando em Administração na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: <ltheodoroguedes@yahoo.com>.

área que se debruçaram sobre o problema e, a partir deles, dar um passo adiante justifica a importância deste estudo.

Para nosso estudo será necessária uma análise de textos dos autores aqui considerados expoentes na história da administração política como Santos e Gomes, bem como Caribé. Tendo este último realizado estudos pontualmente pertinentes ao tema em tela.

A ideologia protagoniza uma miríade de polêmicas que se acentuaram fortemente durante o século XX. No positivismo, a exigência de uma ciência neutra e isenta de juízos de valor contrapõe-na à ideologia, esta última poderia dar algum viés político ou moral àquela ciência. Estabelece-se então uma relação de antinomia entre ideologia e ciência (Löwy, 1991). Esta conceituação adentrou o marxismo na medida em que o próprio Engels trouxe à tona conexões da ideologia com a falsa consciência.¹ Outros, como Althusser e seu corte epistemológico seguiram na mesma direção tomando a ideologia como correspondente a falsidade, mistificação, imaginário e outros termos que seguiam uma direção contrária àquilo que a ciência se proporia (Vaisman, 1996). Decerto, grande parte dessas polêmicas habita em correntes diversas do marxismo de tal sorte que o volume de discussões perfaz um espiral de debates que acabam por distanciar-se diametralmente do tratamento autêntico que o próprio Marx deu ao problema. Este, em momento algum, asseverou este antagonismo por princípio. O próprio filósofo em seu trabalho mais científico, *O Capital*, recusa o pressuposto positivista de que uma ciência deve blindar-se de posições políticas ao dizer que a obra que publicara “só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista” (Marx, 2013, p. 87).

Não é da alçada de nosso texto, porém, empreender uma discussão pormenorizada da ciência ou da ideologia isoladamente. O escopo deste trabalho está delimitado no interesse de avaliar a maneira pela qual a sistematização científica atingida pela administração política até o presente momento se articula como ideologia atuando sobre os conflitos sociais.

Analisaremos, portanto, o problema aqui colocado, matrizando a construção da categoria da ideologia sob o prisma marxiano. Nesse sentido,

¹ Esta referência se deve à alusão feita por Engels em carta a Franz Mehring, em que o primeiro diz: “La ideología es un proceso que, aun cuando se opera con conciencia por el sí llamado pensador, se opera con una falsa conciencia. Las verdaderas motivaciones que lo mueven permanecen desconocidas para él; de otro modo, no se trataría de un proceso ideológico” (Engels, 2011, p. 149). Com a ressalva que não se trata de uma identificação automática entre ideologia e falsa consciência, Engels assevera que o processo ideológico está ligado a uma consciência que desconhece suas forças moventes e, por isso, é falsa.

constatou Vaisman (1996) que na obra do autor alemão é possível encontrar vários elementos que contribuem para uma apreensão desta categoria. Contudo, não existe uma sistematização teórica a respeito do tema, o que não retira sua importância em relação à causalidade da atividade humana sobre a natureza e sobre a própria humanidade. Este resgate feito pela autora supracitada nos será elementar para apreender como se dá a própria articulação entre ciência e ideologia neste prisma.

Feitas essas considerações, iniciaremos nosso trabalho expondo o caminho trilhado por Santos e Gomes no intuito de construir uma cientificidade para a administração política, e em seguida, tentaremos reunir elementos que mostrem tanto nos seus escritos quanto nos de Caribé a existência ou não de uma relação entre ciência e ideologia. Na tentativa de oferecer uma contribuição, mostraremos como esta relação se articula ontologicamente, na medida em que exerce uma função social na luta de classes (Lukács, 2013). E partindo da classificação de Mészáros (2008), mostraremos em qual posição ideológica (conservadora, intermediária ou revolucionária) se enquadra a administração política tendo em vista seus efeitos nos conflitos.

2. Ciência e ideologia na administração política

O debate acerca da cientificidade da administração política ocupa posição central em uma profusão de textos que ao longo da primeira década do século XXI contribuíram para delimitar seu campo e avançar nas suas compreensões epistemológicas. Este esforço é envolvido por um alto grau de dificuldade por se tratar de um tema exiguamente examinado na história da administração, como mostra, por exemplo, Santos (2009) — autor que certamente ocupa posição de destaque dentre os intelectuais deste campo. Seguindo a argumentação de Santos, a tentativa de elaborar esta construção sistemática exigia a construção de “bases teórico-metodológicas que orientassem nossos estudos, a construção de uma epistemologia que nos possibilitasse melhorar o nosso entendimento empírico da trajetória do capitalismo” (Santos, 2009, p. 921).

Em decorrência, a constituição dessas bases tornou possível a realização do objetivo epistemológico da administração política, qual seja, “ser um campo de conhecimento (produzido historicamente), dotado de finalidade e objetividade que permitem a sua transmissão, e que está

estruturado através de método, teorias e linguagens próprias, que visa compreender e orientar as atividades humanas” (Santos, 2009, p. 926). Isto dá o tom da imposição do rigor científico. Este processo tem por objetivo prático, conforme afirma Gomes (2012, p. 15), “concentrar-se e aplicar o método-analítico da administração política para compreender como se desenvolve a dinâmica da gestão das relações sociais de produção”.

Pode-se depreender em materiais diversos a preocupação dos autores no que concerne à delimitação do objeto. Trata-se de um aspecto primaz na fundação das bases dessa epistemologia. Dentre os elementos que protelam esta delimitação está a falta de preocupação em sistematizar cientificamente a administração, visto que “os estudiosos pouco se importam com isso” (Santos, 2001, p. 61), acentuando a tendência para a obtusidade tendo em vista a produção elevada de “manuais a-históricos, acríticos e destituídos de sujeitos com teorizações vulgares e efêmeras” (Gomes, 2012, p. 8). O outro elemento reside no fato de que o desenvolvimento das teorias da administração, no curso da história, tem apresentado consensualmente a organização como objeto da administração. Santos (2001) enfrenta essa tese apresentando problemas nessa definição, posto que a organização não é um objeto exclusivo da administração. Dessa maneira, conclui o autor que: “do ponto de vista do enquadramento científico, a administração é um «campo disciplinar» inteiramente indefinido” (Santos, 2001, p. 61). Reconhecendo a necessidade de redefinição do objeto, Santos se incumbem desta tarefa: “é a gestão e não a organização que caracteriza o objeto e que dá autonomia à administração enquanto um campo próprio do conhecimento [. . .] Assim, cabe à administração estruturar formas de gestão que viabilizem os objetivos da organização” (Santos, 2009, p. 930). Este esforço de Santos certamente deve ser ressaltado. Sua delimitação epistemológica do objeto é contributiva pois proporciona o entendimento da administração como prática social.

O autor considera, portanto, que tendo a gestão como ponto de partida, a administração política surge como um campo específico com a finalidade de conduzir essa gestão de maneira que se chegue à consolidação do bem-estar da humanidade (Santos, s.d.). Nesse sentido, a empresa de dar à administração uma nova significação, incorporando elementos críticos e menos restritos e orientando-se pela finalidade supracitada, é confirmada por Gomes:

Esse movimento denominado “administração política” objetiva ultrapassar os horizontes limitados de investigação que dominam a área de conhecimento, extrapolando, também, os limites impostos pela incapacidade, ou desinteresse, da ciência econômica (*economics*) contemporânea de trabalhar em uma perspectiva mais abrangente e interdisciplinar (Gomes, 2012, p. 9).

Vimos assim que a construção da epistemologia é de grande importância para os autores da administração política na consolidação de sua cientificidade. Contudo, no processo de delimitação do objeto, campo e metodologia não encontramos nas determinações de Santos uma relação direta com a ideologia, ao menos não se encontram enunciados dessa ligação na letra de seu texto. Não significa, porém, que a ideologia é ausente em todo o conteúdo elaborado por este e outros autores.

No *Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil*, podemos finalmente identificar a ideologia, e recorrentemente. Podemos dizer que o objetivo de Santos neste texto já se põe de maneira que encaminhe possíveis ações contributivas da administração política em direção a uma sociedade mais igualitária e não mais construir a sustentação epistemológica para o campo. Veremos, contudo, que a tematização da ideologia não é construída a despeito das inclinações epistemologizantes dos textos analisados anteriormente. A tendência de apreender a ideologia como falsificadora, e portanto, oposta à ciência se materializa nos escritos de Santos. É isto que se depreende quando lemos a seguinte passagem:

No setor intelectual, o campo das ciências sociais, por exemplo, é pródigo em ideologizar o processo investigativo e, assim, falsear a realidade, particularmente quando se trata da abordagem empírica: é comum depararmos com afirmações livres do tipo: *dada a crise da economia keynesiana* ou, quando não, *dada a crise do Estado de Bem-Estar keynesiano* ou *a crise fiscal do Estado* ou, ainda, *dada a globalização*, e assim por diante (Santos, s.d., p. 3).

Acompanhamos nitidamente que a categoria é sentenciada como falsificadora, deteriorando a investigação das ciências sociais. Esta acepção aproxima o autor coincidentemente ou não das correntes positivistas. A demarcação dessa acepção é fundamental, pois em passagens seguintes ela

é reafirmada. A questão da falsidade vai se deslocando para um caráter ainda mais obscurecedor e adquire traços de dogmatismo; acerca das referidas críticas ao *keynesianismo* afirma Santos: “em verdade, trata-se de uma ideologia que passa a ser venerada como os dogmas religiosos, que não podem receber qualquer contestação” (Santos, s.d., p. 3). Ao mesmo tempo, no embate teórico entre o *keynesianismo* e o neoliberalismo, a ideologia é usada para condenar o sistema de ideias do adversário, aqui, o ideário neoliberal. Isso aparece em variados momentos: “Portanto, esse é um período marcado por um discurso ideológico construído e posto em prática pela corrente neoliberal e que assegura a ineficiência dos serviços públicos gerenciados pelo Estado” (Santos, s.d., p. 13), ou ainda: “Esse contexto foi criado devido às sucessivas crises do capitalismo, encaradas ideologicamente como crise do Estado” (Santos, s.d., p. 13). Neste caso, que também não é novidade, a origem desta acepção remonta a tempos ainda mais remotos, está presente em grande monta nos discursos políticos de Napoleão Bonaparte (Vaisman 1996; Chauí, 2008). Sinteticamente, ambas as acepções cujos enlaces mais centrais não distam, revelam que, para o autor, a ideologia possui uma acepção negativa, tratando-se de um conceito que obstrui o desvelamento das conexões reais.

Nota-se porém, que, em momentos esparsos, as constatações evidentes nas passagens anteriores dão lugar a uma acepção não tão negativa. Quando o problema da luta de classes é situado pelo autor, a *luta ideológica* passa a ser reconhecida: “Nas relações capital/trabalho, a luta política e ideológica tem como centralidade a disputa pelo excedente” (Santos, s.d., p. 26). Em outros momentos a ideologia simplesmente toma contornos de sistema de ideias. Isso aparece, a título de exemplo, na afirmação do autor segundo a qual, este está imbuído na “construção de uma ideologia protetora dos interesses da sociedade em sua totalidade; e o comprometimento do trabalho de todos nós com o *Projeto da Nação*” (Santos, s.d., p. 24, grifo do autor). Ou, adicionalmente, quando mostra que “A «administração política» é entendida como o arranjo das possibilidades técnicas, políticas e ideológicas existentes a partir das relações sociais de produção, e que permitem definir a melhor concepção de gestão na execução do projeto de nação” (Santos, 2002, p. 935). Nesse último caso, a ideologia nomeia o ideário necessário para a prática da administração política, o que de certa forma dissolve aquela determinação epistemológica (a questão do falso). Em todos os trechos citados neste parágrafo, é possível identificar que a ideia de ideologia

do autor tende a tomar contornos outros, distantes da ideia de falsidade tão presente em outros momentos. Assim, não podemos dizer que a ideologia aparece para Santos somente assumindo aquele caráter negativo. É bem verdade que a identificação com a falsidade e com as, por assim dizer, ideias do adversário são elementos marcantes, porém, é preciso admitir que em outros momentos foi possível registrar a categoria tomando características consideravelmente diferentes. Cabe destacar que a relação entre ciência e ideologia não adquire para Santos importância fundamental. Isso acontece, em primeiro lugar, em razão de um aspecto mais amplo que se explica pelo fato de que em seus escritos voltados para uma cientificidade, lugar onde está detalhada a construção epistemológica da administração política, não há nenhuma tematização da ideologia; e em segundo lugar, em razão de um aspecto mais específico da própria ideologia, pois quando esta aparece toma uma série de significações e se apresenta de maneira muito geral e oscilante, assim, o autor não tem como ponto de partida um critério que delimite uma compreensão da categoria. Essas constatações nos permitem compreender que a concepção de ideologia em Santos se configura de um lado, compondo o arcabouço teórico do adversário ou ligando um ideário à falsidade, ao pensamento que mistifica o real, ou processo que inviabiliza a apreensão autêntica da realidade concreta; e de outro lado, meramente servindo para nomear um sistema de ideias (como a própria administração política). Mas estes múltiplos significados aliados ao emprego da categoria de maneira não tão rigorosa (visto que a própria administração política pode articular-se como ciência e ao mesmo tempo portar uma *ideologia protetora dos interesses da sociedade*), nos impedem de rastrear efetivamente quais fontes exerceram influência mais decisiva neste autor.

Caribé, por sua vez, é quem se debruça diretamente sobre a relação entre ideologia e ciência tendo em conta os estudos da administração política, dando este autor mais atenção à elaboração da ideologia. No artigo “Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política”, mostra que esta área do conhecimento é construída cientificamente com alicerces na “racionalidade instrumental” e no amálgama de saberes empíricos e teóricos que cingiam o campo da administração anteriormente. Ao mesmo tempo, esta construção é premeida por aspectos ideológicos que escondem a realidade para garantir o controle da classe dominante (Caribé, 2008). A despeito da crítica, sinaliza assim uma aproximação com Santos no que diz respeito à ideologia apreendida negativamente.

Em uma nota de rodapé contida neste artigo, está localizada uma indicação de que o texto se trata de uma síntese do primeiro capítulo da dissertação de mestrado do mesmo autor intitulada *Das fábricas ao Estado, do Estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe*. Na dissertação, tendo como ponto de partida a própria crítica à administração, e perspectivando sua análise ancorado na luta de classes, afirma que “a Administração se consolida muito mais como uma justificativa para a dominação de uma classe sobre os trabalhadores do que como ciência. Daí a quantidade de discursos ideologizados, sem muita fundamentação científica, mas de grande utilidade prática” (Caribé, 2006, p. 10). Este trecho já dá o tom da crítica do autor mostrando que a ideologia tem servido à dominação de uma classe (não necessariamente a classe dos proprietários, mas uma classe à parte, a classe dos próprios gestores, nas suas palavras). Confere, assim, à categoria um efeito marcante na prática, ou seja, efeito que mantém e controla os trabalhadores na condição de dominados. Temos em mente que quando o autor se refere à administração, não excetua a administração política: “Administração Política e a Profissional nada mais são do que partes do mesmo processo. Estão completamente relacionadas e uma só existe em função da outra” (Caribé, 2006, p. 16).

Apontamos esses traços preambulares para mostrar que a ideologia neste autor, além de seguir a tendência do ideário da administração política apontado anteriormente sendo cindida da ciência, quando particularmente analisada sob o prisma da luta de classes, adquire também um papel de dominação inerentemente ligado às formas de administração da produção mais comuns. Assim sendo, na sequência, podemos reter mais elementos no tocante ao tratamento do autor à ideologia. De modo que nas suas palavras:

O foco deste trabalho, no geral, é buscar os fundamentos da administração enquanto ideologia. Na verdade, achamos que a administração é muito mais isso do que qualquer outra coisa. Mas é verdade também que qualquer ideologia tem sua base na realidade e serve para explicar pelo menos a realidade daqueles que a utilizam como instrumento de dominação (Caribé, 2006, p. 24).

Esta passagem é importante para delimitar a ideia do autor de que a administração é instrumento de dominação, logo ideologia. Não é à toa

que o autor “se preocupa mais com os efeitos da Administração enquanto dominação do que como ciência” (Caribé, 2006, p. 34). Ao afirmar que as ideologias possuem sua base na realidade, o autor indica que pode existir certo grau de reciprocidade entre este elemento subjetivo e a objetividade, porém não é possível afirmar se esta esquematização se aproxima de uma ontologia materialista, como veremos, dado que o autor não avança nesta elaboração e confirma a posição estática da ideologia enquanto expressão de uma determinada classe.

Seguindo a argumentação do autor, servindo estritamente à classe dominante e reafirmando acima de tudo os pressupostos de dominação da administração, a ideologia é também fundamental para restringir a abrangência do estudo das escolas da administração, pouco receptivo à crítica marxista neste campo. É o que diz quando afirma que “A negação da possibilidade da abordagem marxista para os Estudos Organizacionais na maioria das escolas de administração não só mostra a opção ideológica e de classe deste campo como também impede uma melhor delimitação do mesmo” (Caribé, 2006, p. 28).

Decerto que a análise da ideologia é aqui respaldada na luta de classes. Observamos melhor a aproximação de Caribé a Marx quando o primeiro deixa claro que o filósofo alemão sustentará os elementos mais importantes para seu estudo da ideologia: “faz-se importante entender o que é ideologia — conceito que de tão usado e gasto se encontra sob inúmeras interpretações. Para tanto, trazemos as ideias de Marx e Engels” (Caribé, 2006, p. 34).

Após esclarecer que não é de seu interesse partir de conceituações apriorísticas, mas da própria história concreta da humanidade, explica nosso autor que “compreender o que é história para Marx e Engels é de fundamental importância para compreendermos a ideia de ideologia [. . .]. O que importa para Marx, então, é a *atividade social*, a práxis, a própria vida na prática e a forma como os homens se relacionam” (Caribé, 2006, pp. 34-5). Assumindo a preponderância da atividade prática sobre a realidade e entendendo que esta atividade é fundamental na constituição da consciência, dá seguimento mostrando que “A consciência é resultado da atividade social, da práxis. Cada pessoa (ou grupo social) possui sua própria prática social, oriunda do seu modo específico de vida e por isso possuem diferentes consciências” (Caribé, 2006, p. 36). E assim, a ciência vai aparecer para revelar estas relações como são. A ideologia, sob esse critério, tem função imediatamente contrária à ciência: “Toda forma de

conhecimento que não tem objetivo mostrar a realidade (e lembramos que para Marx a realidade é a luta de classes) é uma ideologia, oposto de ciência” (Caribé, 2006, p. 36). A principal razão, portanto para a decorrência desse processo é que nas ideologias, a subjetividade é preponderante à prática: “As ideologias constroem o real através das ideias, substituindo o primeiro pelo segundo” (Caribé, 2006, p. 36). Dessa maneira, tais ideologias invertem a relação de preponderância estabelecida pela objetividade e esta inversão obstrui a capacidade do homem de compreender os nexos reais das coisas, elidindo-os. Mais adiante, o autor tenta ainda expor o efeito que as ideologias causam na formação das consciências afirmando que

as ideias dominantes de uma sociedade não é o conjunto de todas as idéias existentes na própria, e sim, somente, o conjunto de ideias da classe dominante, fruto de sua própria realidade. Todos os membros então passam a ter a mesma consciência da classe dominante, mas de fato essa consciência só é consciência para a classe dominante, pois para esse grupo há uma base material. Para os dominados essa “consciência” não passa de ideologia, pois não tem ligação com sua realidade (Caribé, 2006, p. 36).

Ao dizer que a posição de classe dominante é suficiente para construir uma consciência unívoca e geral correspondente a esta classe dominante, Caribé sugere da mesma maneira que a própria luta de ideias inexiste, pois existe uma consciência geral que impede a articulação de qualquer espécie de ideia insurgente. Isso contradiz o próprio texto do autor, quando diz que as pessoas *possuem diferentes consciências* e seu próprio ideário erigido sob a perspectiva da classe trabalhadora, sendo um consciente defensor dos interesses desta. O próprio texto do autor brasileiro é uma prova concreta de que consciências dominantes não homogeneízam integralmente a sociedade. Elucidativamente, ainda em respeito a esta discussão, na famosa passagem d’*A Ideologia Alemã*, segundo a qual, “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes” (Marx, 2002, p. 48),² mostra o Marx que a posição de maior alcance na formação das consciências, “o poder *espiritual* dominante” (Marx, 2002, p. 48), ocupado pelo ideário da classe dominante em relação aos demais,

² Utilizamos nesse momento a edição de *A ideologia alemã* da Editora Martins Fontes. A mesma utilizada pelo autor com quem se debate.

não é suficiente para eliminar a efetividade desses demais, tão somente pode favorecer a classe dominante na luta de ideias.

Seja como for, pudemos ver como opera a ideologia de acordo com a apreensão do autor brasileiro em questão, ou seja, quando um sistema de ideias da classe dominante é apropriado pela consciência da classe dominada, ele se configura como ideologia por não ter correspondência com a realidade desta classe dominada.

Por fim, em tom conclusivo, afirma:

Portanto, a Administração para nós é uma ideologia porque se caracteriza por um conjunto de ideias das classes dominantes, principalmente dos gerentes, que visam subordinar os trabalhadores à sua lógica, à exploração e ao seu modo de vida. Esse conjunto de ideias, quase transverte de ciência, de modo algum pode ser adotado pelo proletariado como ferramenta (Caribé, 2006, pp. 38-9).

Caribé nega um estudo da relação entre ideologia e ciência ancorado na luta de classes, contudo suas conclusões estabelecem, assim como visto em Santos, uma oposição entre ciência e ideologia, ainda que o expoente da administração política não deixe claro sua acepção da ideologia (haja vista a mudança de caracterização da categoria quando este autor reconhece a luta de classes). As referências de Chauí (2004) contribuem para Caribé apreender a categoria como uma elucubração imaginária que não possui lastro na realidade, e que tem como a característica principal a identificação da ideologia com os interesses dominantes, tendo como função exclusiva a manutenção das relações de produção estabelecidas pela ordem do capital. Este vício impede a categoria de mostrar qualquer vínculo com a ciência e, por conseguinte, a impede também de se configurar como instrumento de luta para a classe trabalhadora. “Daí a importância de separar o que é ideologia, o que é conhecimento útil para a classe dos gestores e o que é instrumento de libertação para o proletariado” (Caribé, 2006, p. 28). Desse ângulo, as similaridades com Althusser são bem fortes em Caribé, de maneira que para o francês “A reprodução da força de trabalho tem pois como condição *sine qua non* não só a reprodução da «qualificação» desta força de trabalho, mas também a reprodução da sua sujeição à ideologia dominante” (Althusser, 1974, p. 22). A despeito de haver ou não influência direta de Althusser, é importante afirmar que não há, definitivamente, relação

de proximidade entre ciência e ideologia para Caribé, mas sim, uma relação de oposição.

No corpo teórico da administração política é consensual a ideia de que não há uma relação próxima entre ciência e ideologia. De maneira que a primeira, premida pela epistemologia, se consolida como o desvelamento da realidade e a aquisição da razão, a segunda se configura em geral como seu oposto, comumente ligada à falsidade. Essa ligação acontece seja pela denúncia da mistificação do real, seja pelo efeito ilusório que opera na consciência. Ademais, identifica-se a ideologia ao ideário adversário teórico ou da classe dominante. Faremos agora uma proposição para encarar o problema sob outro prisma, o prisma ontológico, que nos remete ao marxismo mais próximo de Marx, inexplorado até o presente momento pela administração política.

3. Crítica ontológica à ideologia da administração política

Compreendemos que *A Ideologia Alemã*, texto que serviu de base para Caribé estabelecer os enlaces mais centrais da ideologia tendo alegadamente Marx como ponto de partida, é de modo geral a obra mais utilizada em se tratando das abordagens marxistas sobre a categoria (Vaisman, 1996). Nessa obra, Marx tematiza a categoria de maneira mais aberta fornecendo elementos para se chegar a aproximações de suas determinações. Isso porque é entendido ser impossível chegar a uma teoria geral da ideologia mesmo nos escritos do autor alemão (Vaisman, 1996). Reconhecidamente, a discussão mais importante desse texto se concentra na crítica de Marx ao idealismo dos filósofos “neo-hegelianos”. É sob este contexto que surge a acepção de ideologia ligada à falsidade, tão ressonante na contemporaneidade. Contudo, a identificação imediata à falsidade tal qual fizeram os autores brasileiros, em especial Caribé, carece de uma precisão e rigor quanto aos próprios escritos de Marx.

Antes de adentrarmos na discussão da ideologia, acompanhemos a argumentação de Marx no tocante à ciência:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. [. . .] A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens,

será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela (Marx & Engels, 2007, pp. 86-7).

É importante reter desta passagem que para Marx, a questão da ciência não se conecta com os pressupostos epistemológicos que exigem uma série de conceitos apriorísticos para se conhecer a realidade concreta. Aqui a ciência trata da apreensão do desenvolvimento da atividade humana sobre a natureza. A história nada mais é do que esse desenvolvimento. Nesse mesmo trecho, mostra-nos também como a história dos homens tem sido distorcida pelas ideologias no que pode ser considerada uma “operação típica do idealismo filosófico” (Vaisman, 1996, p. 147). Portanto, depreendemos nesse texto que para Marx a ideologia é um processo que mistifica a realidade, mas é um processo decorrente do idealismo da filosofia alemã, ideia que ganha fôlego através da passagem na qual lemos que “Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida” (Marx & Engels, 2007, p. 94). A respeito dessa passagem curta, mas consideravelmente profunda, nos explica Vaisman:

a inversão não remete à ideia falsa, mas à falsidade de que as ideias gerem o ser. Dizer, portanto, que “em toda ideologia os homens e suas relações aparecem invertidos”, é denunciar a inversão ontológica especulativa onde o mundo efetivamente existente é concebido como produto da ideia, das representações, em suma, da consciência (Vaisman, 1996, p. 150).

Este excerto é importante para entendermos que, como mostra Marx, a ideologia não é um conceito falso em si, não carrega a falsidade em seu conteúdo. Recorrendo à reflexão de Vaisman, compreendemos que a ideologia se liga ao processo especulativo da filosofia idealista alemã, qual seja, colocar a ideia, a subjetividade, como o demiurgo da objetividade. Nas palavras do próprio Marx, “A nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (Marx & Engels, 2007, p. 84), o que significa dizer se tratar de uma *inversão ontológica*, pois essa inversão quando desfeita, resultará no fato de que a

atividade prática dos homens condicionará sua consciência e suas ideias, e assim sua atividade concreta será a força motriz da história. O que acontece então é que esta ideologia pode desvelar-se falsamente, mas sempre como consequência daquele processo especulativo e nunca como essência imanente de si. Caribé identifica a *inversão entre ser e pensar*, mas não é capaz de situar isso na particularidade do idealismo, tampouco identifica ele situações outras expressas pela ideologia, as quais veremos em seguida.

O ponto anterior é marcante n' *A Ideologia Alemã*, mas não é o único em que a ideologia ganha importância. Noutras passagens vemos Marx desenvolver de modo nominativo o complexo formado pelas formas de consciência. Seguindo suas palavras, lemos que:

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar (Marx & Engels, 2007, p. 94).

Neste momento, depreende-se uma acepção consideravelmente diferente daquela vista anteriormente. Marx dela se utiliza simplesmente para dar nome a este complexo composto pela *moral, religião, metafísica* e etc., as chamadas *formas de consciência*. Ao mesmo tempo é preciso destacar como este complexo no qual a ideologia está contida não se desenvolve autonomamente das relações concretas, e, portanto, não possui uma história própria. Sua historicidade depende dos condicionamentos das relações materiais. Noutras palavras, “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia não têm história, no sentido de que não possuem uma historicidade própria ou imanente, pois fazem parte da história humana global da produção da vida e das formas de consciência que a ela correspondem” (Vaisman, 1996, p. 86).

N' *A Ideologia alemã*, por conseguinte, é possível reter dois momentos fundamentais que dão conteúdo e forma à ideologia. Primeiramente é um “termo que denuncia o defeito ontológico da propositura especulativa que inverte a relação de determinação entre ser e pensar” (Vaisman, 1996, p. 245). Conservando, assim, grande teor de criticidade. Diferentemente, porém, do segundo momento em que “ideologia é um termo onto-*nomi-*

nativo, pois simplesmente designa em conjunto um enorme complexo, ou seja, as assim chamadas formas superestruturais e as formas de consciência, mas não as explica” (Vaisman, 1996, p. 245). É razoável dizer que Santos (muito embora não se apoie no marxismo) e Caribé não compreendem tal categoria à luz de Marx. Isto se comprova, sobretudo, por depositarem a ela uma determinação estritamente parcial (seja para falar do adversário, seja para falar da classe dominante) e identificarem-na ao pensamento falso. Vimos que para Marx interessa mais o processo especulativo que obstrui a potencialidade da filosofia idealista de compreender os nexos reais e as formas de consciência, que no entanto, não estão inadvertidamente sob o domínio de uma determinada classe. E como veremos a seguir, podem perfeitamente ser úteis mesmo para a mudança social radical.

É assim que prosseguindo na análise do autor alemão acerca da ideologia, cabe o recurso a uma passagem do *Prefácio para a contribuição da crítica da economia política* de 1859, onde diz Marx

Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas — em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim (Marx, 1982, p. 25).

Nesta passagem, a condição superestrutural das formas ideológicas ou formas de consciência é reiterada. Em relação à questão da autonomia, vemos aqui que da mesma maneira que esta superestrutura não porta uma autonomia total em relação às condições econômicas, ela também não está em correspondência imediata com a base. As mudanças nas relações econômicas podem gerar efeitos mais ou menos profundos nas formas superestruturais que além das *formas ideológicas* também compreendem a *superestrutura jurídica e política*. Em relação ao exame da ideologia

Marx. Na passagem do Prefácio de 59 [. . .], identifica “as formas ideológicas” o universo jurídico-político e ao conjunto das formações ideais de uma dada sociedade, isto é, a uma vasta gama de atividades,

inclusive as culturais e espirituais, buscando, ao mesmo tempo evidenciar a sua relação com o conflito social (Vaisman, 1996, p. 234).

Destaca-se, portanto, esta relação da ideologia com o conflito social evidenciada por Marx. Não se trata da ideia de que a ideologia corresponde unicamente aos interesses de uma classe dominante, tampouco tem por função o controle da classe dominada. Pelo contrário, quando o autor afirma que é através dessas ideologias que os homens podem tomar consciência do conflito (da luta de classes) e assim levá-lo adiante até sua resolução, Marx quer dizer que a ideologia pode muito bem servir à classe trabalhadora, ou dominada, pois a resolução dos conflitos implica diretamente a superação da sociedade de classes.

Orientando-se por esta passagem do *prefácio*, o filósofo húngaro Lukács nos oferece alguns avanços em relação aos lineamentos de Marx. É bastante claro ao dizer que “A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir” (Lukács, 2013, p. 465). Portanto, trata-se da maneira como estas formas de consciência podem orientar as consciências e causar efeito na realidade concreta. Em outras palavras, “o produzido é determinado pela sua produção, o que significa que o *ser* da ideologia é determinado pela sua produção, que é e só pode ser social. E, em termos gerais, portanto, ela está presente em todas as ações humanas, enquanto orientação ideal” (Vaisman, 2010, p. 50). Assim, toda ideação é elaborada em mediação com a prática dos homens, mas não se pode dizer, contudo, que toda a espécie de ideação é ideologia. O filósofo chama a atenção para uma potencialidade que pode ou não se realizar:

Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas — possíveis — funções no processo dos conflitos sociais (Lukács, 2013, p. 465).

Seguindo a reflexão de Vaisman (2010, p. 51), “Algo, portanto, transforma-se em ideologia, não nasce necessariamente ideologia, e essa

transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas”. Dessa maneira, o que realmente importa é a função social desempenhada pela ideologia junto à luta de classes. Assim se dá a apreensão desta categoria sob o prisma ontológico (Vaisman, 2010). Para que fiquem evidentes as diferenças entre esta apreensão ontológica e uma apreensão mais próxima às concepções de Althusser, por exemplo, detalhe mais epistemológico, Lukács precisa:

Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria, etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos (Lukács, 2013, p. 467).

Sendo o critério último para reconhecer uma ideologia ou não o efeito da ideia sobre as consciências, bem como a efetivação prática para dirimir conflitos sociais. Em consequência, não é possível, sob este critério, estabelecer uma cisão predeterminada entre ciência e ideologia. A este respeito, é prudente a seguinte argumentação:

A astronomia heliocêntrica ou a teoria do desenvolvimento no âmbito da vida orgânica são teorias científicas, podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando, depois da atuação de Galileu ou Darwin, os posicionamentos relativos às suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, elas se tornaram operantes — nesse contexto — como ideologias (Lukács, 2013, p. 467).

Enquanto teoria, uma *elaboração ideal* cientificamente sistematizada orienta a *práxis social humana* dirimindo conflitos na luta de classes, se, e somente se, tornar-se ideologia.

Análises outras dos escritos de Santos como a de Monteiro, Amaral e Almeida (2013) também reúnem elementos suficientes para afirmar que

na Administração Política não existe uma cisão cabal entre ciência e ideologia, havendo neste campo um marcante veio ideológico.

Portanto, premidos do critério ontológico atestamos que a administração política pode ser uma ideologia a partir do momento em que constituir um ideário direcionado à orientação da prática, dirimindo conflitos. Para se fazer esta avaliação, faremos recurso a Meszáros (2008). Na introdução de seu texto *Filosofia, ideologia e ciência social* existem elementos que comprovam as referências marxianas, primeiro combatendo a restrição do problema ao talhe epistemológico, depois reconhecendo a determinação ontológica de *consciência prática necessária* e vinculação de interesses na ideologia situando sua posição central na luta de classes e pontuando a inexistência de uma autonomia total desta consciência. Fundamentalmente, em Meszáros, o problema ganha novas dimensões quando este autor define um espectro de posições ideológicas que vão desde uma posição mais conservadora, passando por uma posição intermediária chegando finalmente à posição ideológica revolucionária.

Nas palavras do autor, a conservadora certamente alinhada aos interesses burgueses, opera “adotando e glorificando a contiguidade do sistema dominante — não importa se problemático ou contraditório — como o *horizonte absoluto* da própria vida social” (Meszáros, 2008, p. 11). Aqui é evidente que a eternização do capitalismo é o objetivo. A questão que emerge à luz do dia é justamente a efetividade prática de tal ideologia, de maneira que um sem-número de exemplos pode ser encontrado no próprio ideário da *administração profissional*. Tragtenberg (2006) assinala o teor conservador das primeiras teorias administrativas do século XX, nomeando-as propulsoras de uma *harmonia participacionista*, imbuídas na tarefa de obliterar os conflitos sociais. Assim, “a influência espontânea do discurso ideológico dominante, para além das camadas de seus verdadeiros beneficiários, residem exatamente em seu apelo pacificador à “unidade” e aos interesses associados. . .” (Meszáros, 2008, p. 12).

Na direção contrária, há a posição ideológica revolucionária que “questiona radicalmente a persistência histórica do próprio horizonte de classe, antevendo, como objetivo de sua intervenção prática consciente, a supressão de todas as formas de antagonismo de classes” (Meszáros, 2008, p. 11). Tendo assim a incumbência “de superar as limitações associadas à produção do conhecimento prático, no interior do horizonte da consciência social dividida, nas condições de uma sociedade dividida em classes”

(Mészáros, 2008, p. 11), obviamente trata-se de uma posição completamente antagônica à anterior não somente por ser sua negação, mas também por ter a responsabilidade de viabilizar consciências que munidas da necessidade prática da superação do capitalismo. Situa-se nessa corrente, o marxismo autêntico, por exemplo.

Essas duas posições constituem os extremos desse espectro por serem claramente a representação da consciência prática de capital e trabalho. Entretanto, entre elas existe uma ideologia que por um lado, não cai na apologia dogmática e por outro não leva adiante um projeto de superação das contradições reais. Ao argumentar sobre esta posição, Mészáros é enfático:

expõe, com êxito significativo, as irracionalidades da *forma específica* de sociedade de classe, sem dúvida anacrônica, que é rejeitada a partir de uma nova posição de vantagem, mas sua crítica é viciada pelas contradições de sua própria posição social — igualmente determinada pelas classes sociais, mesmo se historicamente mais avançadas (Mészáros, 2008, p. 11).

Constitui-se, portanto por um sistema de ideias que consegue compreender as contradições fundamentais do capitalismo, seus êxitos, mas sobretudo suas mazelas. Todavia, limita-se à sua crítica, não é capaz de empreender uma alternativa que supere este modo de produção. Podemos classificar a administração política neste conjunto. Seus autores compreendem vários problemas evidentes como a tendência de mistificação da realidade exercida pela administração, a falta de um campo nesta área que se preocupe com questões de desenvolvimento social e diminuição da desigualdade, e, com profunda propriedade a denúncia da leitura incorreta por parte dos economistas ortodoxos a respeito das crises estruturais do capitalismo nas últimas décadas. Estes e muitos outros são méritos irrevogáveis da administração política, isto é, desvelar a realidade tal qual ela é de fato. A limitação se dá necessariamente por não se tratar de uma ideologia que irrompa as barreiras do capital, ou seja, suas proposições circundam a amenização dos antagonismos através de políticas públicas oriundas do Estado, empenhando-se em grande parte em estabelecer um pacto entre classes. Tendo esse horizonte para oferecer uma resposta prática que seja capaz de interditar o projeto neoliberal em curso no Brasil. É o que se percebe no trecho que segue

E, portanto, as condições de sobrevivência material da sociedade dependem das forças do Estado para estabelecer o mínimo de condições de sociabilidade, minimizar externalidades negativas causadas pela produção capitalista e compensar as perdas materiais e sociais causadas pelo processo de acumulação (Gomes, 2012, p. 18).

Após mostrar como um programa de habitação e saneamento básico pode ser basilar para o sucesso de outros programas como de educação, saúde, segurança pública e transporte, Santos (s.d.) explica que o objetivo que orienta tais políticas assim se realiza:

a maior conquista de uma política social com essa concepção seria a promoção de uma maior integração comunitária, um maior grau de sociabilidade entre os indivíduos e, sobretudo, maiores e melhores condições de aprendizagem política no exercício fecundo da cidadania — tornando, assim, a sociedade brasileira mais plural e mais democrática (Santos, s.d., p. 18).

Em última instância, o que se coloca à luz do dia para a administração política é uma reforma na administração estatal que possa definitivamente colocar em prática medidas progressistas que atenuem a desigualdade social e concilie de certa maneira os antagonismos através de uma organização da produção menos centralizada nas mãos de poucos, com propostas direcionadas “aqueles que têm preocupações em vê-las [as riquezas] distribuídas de modo justo” (Santos, s.d., p. 31). Portanto, o grande impedimento para esta ideologia se fazer revolucionária é justamente não se comprometer com uma mudança radical na sociedade, por decorrência, não oferece alternativas para a superação da sociedade de classes. Ao contrário, assenta-se sob medidas que nem mesmo contestam sua existência.

Cabe notar ainda a semelhança da administração política com aquilo que Marx nomeou *sincretismo desprovido de espírito*:

Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas (Marx, 2013, p. 87).

Adiciona Marx que o principal representante era Stuart Mill, e coloca em destaque o intento do inglês em *conciliar o inconciliável*, ou seja, acomodar dentro de uma formação societal interesses de classes visceralmente antagônicas. Este é o limite quando não se coloca no horizonte um projeto que se articule com o objetivo de superar a ordem vigente do capital.

4. Considerações Finais

Os resultados da pesquisa mostram que, de fato, uma incursão materialista sobre os problemas da administração política é contributiva na medida em que põe em evidência uma nova ótica para encarar seus problemas práticos. Este artigo procurou explicitar que do prisma marxiano a ideologia não assume necessariamente um aspecto negativo de contraposição a ciência, tampouco caracteriza o sistema de ideias do adversário ou de uma classe dominante (apreensão comum aos intelectuais da administração política que deram importância ao seu estudo). De sorte que aqui procuramos evidenciar os limites da apreensão epistemológica, que ao estabelecer a cisão entre verdadeiro ou falso, opõe ciência e ideologia. Um estudo ontológico mostrou como esta “ciência administrativa” se erige a partir de uma determinação social — bem entendida como condições de possibilidade de uma forma de pensamento particular — e está intrinsecamente ligada aos conflitos de classe, podendo revelar ou não os problemas postos pela realidade, mas exercendo, indefectivelmente, uma função social, podendo assim ser ideologia.

Ainda que alguns autores já tenham identificado que a administração política é também ideológica, é primaz que precisemos em que condições isto se dá. Nessa esteira, verificamos que, ao passo em que estes intelectuais identificam diversos problemas de ordem econômica e social na gestão e distribuição da riqueza no Brasil, desenvolvem soluções se limitam ao intento de reorganizar estas questões através da intervenção estatal, elaborando políticas sociais mais inclusivas e promotoras da redução da desigualdade. Com efeito, o que se verifica então é que a depender de sua função social, trata-se de uma ideologia intermediária. Isto merece ser destacado haja vista que a construção histórica do pensamento administrativo é toda ela permeada por ideologias conservadoras. A administração política é certamente um campo progressista neste sentido; sincrético, mas também progressista.

Pudemos observar que os debates na administração política poderiam se beneficiar de uma compreensão marxiana do problema da ideologia e da não contradição por princípio entre ideologia e ciência, favorecendo uma apreensão do problema científico mais atinente ao campo do materialismo histórico. Em outros termos, temos a plena convicção de que a apreensão ontológica dos problemas da administração política pode render ainda um sem-número de novos estudos, que por sua vez, podem trazer diversas contribuições para a realização prática do fazer administrativo direcionado ao bem-estar da sociedade.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1974.
- CARIBÉ, Daniel Andrade. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. *Revista Brasileira de Administração Política*. São Paulo, vol. 1, n.º 1, pp. 31-44. Hucitec, out. 2008.
- CARIBÉ, Daniel Andrade. *Das fábricas ao Estado, do Estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe*. Mestrado (Administração). Salvador: Ufba, 2006.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ENGELS, Friedrich. Carta, Engels para Franz Mehring, Londres, 14 jul. 1893. In MEHRING, Franz. *Sobre el materialismo histórico y otros escritos filosóficos*. Madri: Fundación Federico Engels, 2011.
- GOMES, Fábio Guedes. O jovem percurso da administração política. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 46, n.º 1, pp. 7-24, jan.-fev. 2012.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma crítica marxista*. São Paulo: Cortez, 1991.
- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário Preço e Lucro; O Rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MESZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de afirmação e negação*. São Paulo: Boitempo. 2008.
- MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; AMARAL, Marcelo Santos; ALMEIDA, Tatiane Nunes Viana de. A Natureza do Conhecimento Científico e a Proposta da Administração Política. *IV Encontro Brasileiro de Administração Política*. Vitória da Conquista, 2013.
- SANTOS, Reginaldo Souza et al. Bases teórico-metodológicas da administração política. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 43, n.º 4, pp. 919-41, jul.-ago. 2009.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Em busca da apreensão de um conceito para Administração Política. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 35, n.º 5, pp. 49-77, set.-out. 2001.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *Manifesto da administração política para o desenvolvimento do Brasil*, s.d. Disponível em: <www.adm.ufba.br/sites/default/files/noticia/anexo/manifesto.pdf>. Acesso em 27-7-2015.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Notas metodológicas para a concepção de uma nova política social para o Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 36, n.º 6, pp. 933-57, nov.-dez. 2002.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2.ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- VAISMAN, Ester. *A determinação marxiana da ideologia*. Doutorado (Educação). Belo Horizonte: UFMG/FAE, 1996.
- VAISMAN, Ester. Ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio*, Belo Horizonte, n.º 12, ano VI, pp. 40-64, out. 2010.

